

Governadores sonham com aumento da receita

BRASÍLIA — O Governador Moreira Franco relembra a promessa de acabar com a violência no Rio. Orestes Quéricia, de São Paulo, quer retomar o seu programa de ajuda ao menor. Miguel Arraes sonha em ver todo o sertão de Pernambuco eletrificado. O Governador Fernando Collor, aquele dos "marajás", promete aumentar o salário do funcionalismo. Enquanto Waldir Pires espera, finalmente, realizar a reforma agrária na Bahia. As vésperas da votação da reforma tributária, Governadores e Prefeitos de todo o País já começam a contabilizar os lucros que o novo texto pederá lhes propiciar.

O acréscimo de receita dos Estados, a partir da implantação da reforma tributária, num prazo de cinco anos, ficará entre Cz\$ 324 bilhões — na avaliação dos representantes do Sudeste — e Cz\$ 216 bilhões — segundo cálculos dos representantes do Nordeste. A perda total da União, neste mesmo prazo, será de Cz\$ 540 bilhões, já que os Municípios também terão aumento nas suas receitas.



Moreira pensa em diminuir a violência

Quanto o Rio de Janeiro arrecadará a mais caso a Constituinte aprove o novo texto da reforma tributária? Os mais cautelosos falam em 13 por cento. O Secretário de Fazenda, Jorge Hilário Gouveia Vieira, desconversa, diz que não fez os cálculos e estima um índice pouco superior a 15 por cento. Já fontes do Guanabara garantem que o aumento beira a casa dos 19 por cento. De concreto, apenas o ar exultante das autoridades, que dá uma idéia de quão generosa deverá ser a fatia fluminense do bolo tributário.

O Governador Moreira Franco, que enfrenta dificuldades para conseguir verbas de Brasília desde que se posicionou em favor do mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, apostou todas as suas fichas nesta votação. Aos Deputados da ban-



Moreira: voto contrário é ofensa

cada federal do PMDB ele chegou a dizer que considerará como ofensa pessoal o voto contrário ao projeto.

Quanto a aplicação desses recursos, entretanto, não há segredos. Moreira garante

que as prioridades são as mesmas previstas no seu programa de Governo: combate a criminalidade, que segundo o Governador ainda atinge índices alarmantes, a melhoria e ampliação do sistema de transportes, e as obras de infra-estrutura, como o saneamento da Baixada Fluminense, onde, até o final do seu Governo deverão ser aplicados cerca de Cz\$ 100 bilhões.

Jorge Hilário afirma que muitas áreas que hoje dependem exclusivamente de recursos federais, com a reforma tributária passarão a ser administradas, exclusivamente, com os recursos do Estado. Entre elas, as obras do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) na Avenida Brasil, as reformas e construção de novos presídios e quase todos os investimentos nas áreas de educação, saúde e segurança.

De Norte a Sul, todos fazem planos de obras

Caso a Constituinte aprove o texto da Comissão de Sistematização que transfere mais recursos para Estados e Municípios, sobretudo do Nordeste, Pernambuco, segundo o Governador Miguel Arraes, terá sua situação de caixa aliviada. Com suas obras prioritárias interrompidas desde que o Governo federal congelou os créditos para Governadores e Prefeitos, Arraes já sonha em ver todo o sertão pernambucano eletrificado.

Com o reforço de recursos que ora são destinados aos cofres da União, o Governo de Pernambuco pretende investir maciçamente em três setores básicos para a melhoria de vida da população: saneamento, habitação popular e eletrificação rural. Atualmente, Pernambuco compromete praticamente toda sua receita de ICM como o pagamento dos seus 125 mil funcionários.

Enquanto Arraes faz planos, o Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, pessimista, não acredita que a reforma tributária que a Constituinte está votando irá melhorar a situação do seu Estado. Para ele, os recursos servirão apenas para "amenizar os problemas mensais com a folha de pagamento". Envolvido em dificuldades com o funcionalismo público desde o início de sua gestão, Simon espera ter uma folga nos gastos com o pessoal. A partir daí ele terá



Arraes quer eletrificar o sertão

que se preocupar em encontrar recursos para tocar novos projetos.

Mineiramente, o Governador da Bahia, Waldir Pires, prefere não destacar setores aos quais destinará, prioritariamente, os recursos adicionais que seu Estado passará a receber. Há um mês, o Governo baiano concluiu um plano estratégico de ação, que prevê a aplicação de quase Cz\$ 700 bilhões (em valores de março deste ano) ao longo de quatro anos.

É a partir desse plano que, segundo Waldir, o Estado orienta-

rá todos os seus investimentos. Ele explica, contudo, que o plano ainda passará por um processo de discussão com a sociedade.

No documento, as maiores parcelas de recursos são destinadas aos setores de educação, saúde, habitação, reforma agrária, assistência ao menor, combate à seca e expansão da fronteira agrícola do Estado. Até agora, porém, sem contar com ajuda do Governo federal, Pires não pôde sequer concluir a recuperação do patrimônio público, principalmente escolas, hospitais, postos de saúde e estradas.

A aprovação da reforma tributária pode ser, a curto prazo, a solução dos problemas financeiros de Alagoas, que se encontra mergulhado numa das maiores crises da história política recente. Segundo o Governador Fernando Collor, que ficou conhecido nacionalmente pelo luta contra os "marajás" da administração pública, a reforma permitiria que o Estado recebesse uma parcela maior de recursos, ajudando a resolver problemas crônicos, como a defasagem salarial do funcionalismo público, e a falta de investimentos básicos.

— Atualmente nossa capacidade de investimentos está zerada. Tudo que arrecadamos mal dá para pagar a folha de pagamento. A reforma melhoraria, sem dúvidas, este quadro — afirma o Governador.

Newton define um programa ambicioso

BELO HORIZONTE — A aprovação pelo plenário da Constituinte do texto da reforma tributária proposto pela Comissão de Sistematização, repassando maior percentual de recursos da União aos Estados e Municípios, vem ao encontro do desejo do Governador de Minas Gerais, que é transformar o Estado no maior canteiros de obras do País.

Além dos recursos provenientes da reforma tributária, Newton Cardoso conta com o respaldo do Governo Federal, fruto da defesa do sistema presidencialista e do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, teses que acabaram aprovadas pela Constituinte.

Hospitais, escolas, postos de saúde, casas populares e projetos de irrigação fazem parte de um programa que o PMDB de Minas quer implementar nos próximos meses para esmagar os adversários nas eleições municipais marcadas para novembro.

Mas os planos do Governador de Minas não se resumem às fronteiras do Estado. Ele não confessa, mas pretende usar este invejável volume de obras como um trunfo na sucessão do Presidente Sarney.

Reforma dá CZ\$ 110 bi a São Paulo

SÃO PAULO — Municipalista por tradição e, em consequência, defensor da reforma tributária como instrumento para fortalecer e desenvolver Estados e Municípios, o Governador Orestes Quéricia pretende aplicar nas prioridades do seu programa de Governo os recursos provenientes da nova distribuição dos impostos.

A decisão da Constituinte criando o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — que incorpora os impostos únicos sobre energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, minerais, transportes e comunicações — elevará a receita própria do Estado de São Paulo de 12 para 15 por cento, algo em torno de Cz\$ 110 bilhões este ano.

Segundo Quéricia, a medida possibilitará a execução de obras e projetos prioritários, sobretudo nas áreas de atendimento ao menor, ao trabalhador e ao Interior. Os recursos serão aplicados em saúde, educação, habitação, produção de alimentos, segurança, transportes e industrialização do Interior.

O Governador considera que a reforma aumentará o poder dos Estados e Municípios, além de estender o processo de democratização do País ao setor econômico.

— A reforma tributária significa o melhor investimento em



Novos recursos fazem Quéricia feliz

saúde, mais educação para a criança, mais recursos para estradas e para a agricultura. Ela é fruto da luta do movimento municipalista e possibilitará o fortalecimento das Prefeituras e Governos Estaduais, com descentralização e democratização.

Quéricia explica as vantagens da decisão da Constituinte: "É muito simples. A obra pública construída pelo Município fica mais barata do que uma executada pelo Estado. Também a obra feita pelo Estado fica mais barata do que a realizada pela União. Então, o Município tem que ter mais recursos que o Estado e este precisa de mais recursos que a União".

Centrão quer alterar Direitos Sociais

BRASÍLIA — Os líderes do Centrão são favoráveis à alteração, através de emendas supressivas, do Capítulo dos Direitos Sociais no segundo turno de votação da Constituinte. Mas eles divergem sobre quais dispositivos seriam modificados. Enquanto o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) quer remeter a regulamentação dos direitos trabalhistas para a legislação complementar, o Deputado José Geraldo (PMDB-MG) pretende manter no texto o que foi fruto de acordo com a Liderança do PMDB. Já o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) acha que o que está errado deve ser revisto, independentemente de acordos.

Cardoso Alves concorda com todos os direitos aprovados no primeiro turno, mas não é favorável à sua inclusão na nova Carta, "que deve cristalizar ape-

nas princípios". Os acordos seriam respeitados, mas na elaboração da lei complementar ou ordinária.

— Na Constituição, ficaria apenas o seguinte: "São direitos dos trabalhadores: proteção ao emprego, licença para gestante, férias remuneradas, hora-extra com remuneração superior ao normal" etc, etc. A definição destes direitos ficaria para a legislação ordinária — disse o Deputado.

Ele argumenta ainda que alguns dos dispositivos aprovados prejudicariam os próprios trabalhadores, além de "serem hilariantes":

— A licença do "pai grávido", por exemplo, é uma aberração. A lei ordinária pode prever, no caso de necessidade, uma licença especial para que o pai permaneça ao lado de sua compa-



Luís Eduardo: É preciso rever as falhas

nheira após o parto. Agora, colocar na Carta uma licença de oito dias é demais. Fixar o turno de revezamento em seis horas é outro erro. As enfermeiras prefezem oito horas e os petroleiros



Cardoso Alves: apenas princípios

ainda mais. O Deputado José Geraldo, por sua vez, acha que deve ser preservado o que foi fruto de acordo, embora também defenda a supressão de alguns dispositivos

no segundo turno. Ele afirma que a posição de Cardoso Alves é única no grupo e admite rever apenas cinco pontos: licença paternidade, turno de revezamento de seis horas, imprescritibilidade das ações trabalhistas para os trabalhadores rurais, direito de greve e férias com adicional de um terço do salário.

José Geraldo observa que, embora os dois últimos dispositivos tenham sido motivo de acordo com a Liderança, o texto aprovado não teve o apoio integral do Centrão.

Já Luís Eduardo Magalhães, uma das lideranças mais influentes do grupo, afirma que tanto Cardoso Alves quanto José Geraldo falam apenas por eles mesmos. Ele acha que o Capítulo dos Direitos Sociais tem muitas

falhas e precisa ser revisto a partir de um critério único: o que está certo deve ficar e o que está errado deve sofrer revisão. "Os acordos valeram apenas para o primeiro turno de votação", argumenta.

Ele reconhece que alguns dispositivos, como a licença gestante de 120 dias e a jornada de 44 horas, têm consenso no plenário, embora discorde deles. Mas acha que há condições para a derrubada de outros pontos, como a licença paternidade e o turno contínuo de revezamento de seis horas. Quer ainda a supressão do direito de greve das atividades essenciais, cuja aprovação foi motivada por acordo. Ele lembra, porém, que o acordo foi fechado às pressas e não agradeu a todos os setores do Centrão.

— Eu mesmo votei contra este acordo — disse.